



## Ciência e Práxis Forjados na Transição Agroecológica do PA 20 de Março, Três Lagoas/MS

*Science and Forge Práxis in the Agroecological Transition of the PA 20 de Março, Três Lagoas/MS*

MACEDO, Francielle Rodrigues de<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, francielle.r.macedo@gmail.com.

**Resumo:** É por meio da reforma agrária que o camponês sem terra tem acesso a terra e, dessa forma, por meio da agricultura pode realizar a reprodução social do grupo doméstico. A agricultura camponesa é aquela que mais se aproxima da agroecologia porque suas práticas e técnicas são inerentes ao modo de vida camponês, que é diferente da agricultura capitalista. Nesse sentido, a agroecologia é uma forma de preservação do modo de vida e de (re) produção camponesa diretamente ligada a uma economia cujo centro é a recriação da vida, não do lucro. O objetivo neste estudo, através de entrevistas e projetos desenvolvidos através do Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), foi compreender como ocorre a relação entre agricultura camponesa e agroecologia no assentamento 20 de Março, em Três Lagoas, considerando especialmente as dimensões fundamentais da agroecologia, a saber: prática/científica/movimento. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e, articulado com projeto do LABET. Essa pesquisa, ainda em desenvolvimento, busca a compreensão de uma aproximação da realidade de forma parcial e em evolução, nesse sentido, o presente texto aponta para uma construção da soberania, identidade e autonomia dos assentados de reforma agrária por meio da transição agroecológica no PA 20 de março, iniciada em 2014, e, potencializada em 2018 com a implantação do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA – Bolsão).

**Palavras-chave:** Soberania, Autonomia, Agroecologia, Agricultura Camponesa.

**Abstract:** It is through the agrarian reform that the landless peasants have access to land and, through agriculture, can perform the social reproduction of the domestic group. Peasant agriculture is the one that comes closest to agroecology because its practices and techniques are inherent to the peasant way of life, which is different from capitalist agriculture. In this sense, agroecology is a way of preserving the way of life and peasant (re) production directly linked to an economy whose center is the re-creation of life, not profit. The objective of this study, through interviews and projects developed through the “Laboratório de Estudos Territoriais (LABET)”, linked to the “Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus of Três Lagoas (UFMS / CPTL)”, was to understand how the relationship between peasant agriculture and agroecology at the settlement March 20, in Três Lagoas, especially considering the fundamental dimensions of agroecology, to know: practice / scientific / movement. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001, and, articulated with the LABET project. This research, still under development, seeks the



understanding of a partial and evolving approximation of reality, in this sense, the present text points to a construction of the sovereignty, identity and autonomy of the settlers of agrarian reform through the agroecological transition in the PA March 20, initiated in 2014, and leveraged in 2018 with the implementation of the “Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA - Bolsão)”.

**Keywords:** Sovereignty, Autonomy, Agroecology, Peasant Agriculture.

## Introdução

A produção científica é resultado do trabalho do pesquisador e representa campos do conhecimento que servem de referências àqueles que buscam ampliar a compreensão da realidade. Partindo do entendimento que não há neutralidade, principalmente no que tange as pesquisas – elas podem servir para legitimar ações políticas e de empresas privadas –, essas que serão referências deste trabalho, servirão para dar visibilidade ao sujeito de direitos do campo, que possui um modo de vida, identidade própria e que é capaz de balançar (quicá derrubar) as estruturas do capitalismo.

Há confusão na definição do que é ciência. A única certeza é que “[...] não existe definição objetiva, nem muito menos neutra, daquilo que é ou não a ciência” (JAPIASSU, 1975, p. 10). A ciência é produto de questões sociais, políticas e culturas, ramificações essas que são inerentes a cada sujeito, a cada pesquisador.

Segundo Japiassu (1975), a objetividade científica pressupõe um problema a epistemologia científica, nesse sentido:

[...] falar de objetividade científica, é falar de um problema epistemológico. Trata-se de saber, no fundo, qual a significação do termo ciência. A epistemologia atual reconhece que “a” ciência não existe mais. O que existe são “as” ciências. Talvez fosse mais adequado falar de práticas científicas (JAPIASSU, 1975, p. 21 e 22)

Falar em práticas científicas, em produção do conhecimento científico, é falar em procedimentos metodológicos, em método.

Segundo Haesbaert (2006), o pensamento geográfico brasileiro, até a década de 1980, sofre uma crise de percepção, causada pelo não entendimento materialista dialético da realidade. O referido autor levanta questões que perpassam o sujeito e a sua visão de mundo. Essas questões possuem dois pontos basilares: 1) as questões “ontológicas” – os modos de vidas, as realidades que se vivem. O autoconhecimento dos sujeitos dessas realidades traz indagações, cujas permitem e condicionam a busca por respostas, distinguindo o plano das ideias do plano material. 2) as questões “epistemológicas” – permite o entendimento, inerentes a aproximação da



realidade, estabelecendo caminhos a serem trilhados a partir da ciência. Nesse sentido, os estudos da realidade estão condicionados a separação do sujeito e objeto, isso constitui um problema epistemológico.

Desconsiderar o senso comum, é trilhar um estradar científico sem alma, é impor barreira entre pesquisador e pesquisado, é reafirmar conceitos que não explicam a realidade, é criar axiomas.

Em outros termos, aquilo que é científico nesta ou naquela disciplina, não é parâmetro feito uma vez por todas, atemporal, mas uma realidade essencialmente histórica, levando em seu bojo as marcas contínuas do conflito e das mutações sócio-culturais (JAPIASSU, 1975, p. 25 e 26).

A análise da realidade nunca é em si mesma uma representação fiel, não é produção de fatos puros, o que há é uma aproximação da realidade daquele que a vivencia. A construção do conhecimento científico das áreas humanas, encontrou nessa lacuna da produção de fatos, um empecilho. Haveria de se estabelecer um limite ao alcance dessa aproximação da realidade.

A construção do conhecimento científico a partir do real no que tange as teorias da Geografia (Positivista e Marxista em suas raízes), apenas proporcionam aproximações da realidade.

[...] a realidade objetiva é, de alguma forma, obrigada a se encaixar em nossos conceitos, em nossa “teoria” previamente idealizada. A grande ambiguidade é que a lógica fundamentada na idealização (subjetiva) dos pesquisadores se pretendia a mais objetiva possível (HAESBAERT, 2006, p. 31).

Não há ciência neutra, pois há juízos de valores impregnados no pesquisador e no objeto pesquisado. A construção do conhecimento científico pode ser objeto para legitimar causas políticas, de empresas, dentre outros grupos hegemônicos cujos são fomentados pelo mito da neutralidade. A neutralidade se faz mito, pois “[...] é um postulado metodológico que, como qualquer postulado, depende de uma tomada de posição valorativa.” (JAPIASSU, 1975, p. 37).

O conhecimento científico embasado na “neutralidade” busca compreender fenômenos sociais e coisificar a natureza, para que dessa forma, se possa dominá-los. Santos (2008) fala em “crise do paradigma dominante” e aponta algumas questões dentro desses tipos de análises: 1) Há diferenças nas análises, mesmo que nelas se apliquem as leis matemáticas pois as condições dos objetos podem ser diferentes; 2) Não é possível observar ou medir um objeto sem interferir nele, sem o alterar; 3) com as crises já definidas, o rigor das leis matemáticas pode ser duvidoso, haja vista que ele nega outros fatores em suas análises: as relações contraditórias; 4) Os sistemas abertos que a seu modo e leis próprias fazem sua história e são desconsiderados.



Partindo do método materialista histórico dialético a consciência é condicionada pela matéria.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

Portanto, o método materialista é contrário ao idealismo, uma vez que para este último o espírito se autoprojeta no real e impõe dúvidas a própria realidade.

As múltiplas implicações dessas duas grandes formas de pensamento já nos permitem compreender algumas concepções muito amplas – mas nem por isso pouco relevantes – sobre a transformação social e a própria concepção de espaço presente em nossos trabalhos. Para um idealista, por exemplo, a transformação da realidade, quando explicitamente reconhecida, se dá a partir da própria consciência humana – de modo simplificado, deveríamos primeiro transformar o homem, suas ideias, para que a realidade concreta, objetiva, em consequência dessa modificação também se transformasse. Já o materialista, pelo menos na corrente majoritária em nossos dias (a marxista), reconhece que a efetiva transformação da realidade só se dá a partir (e em primeiro lugar) da modificação das condições materiais, concretas, de reprodução dos grupos sociais – daí toda uma discussão sobre o papel de uma “ideologia” conservadora que permanece (em nível mais subjetivo), ainda que as “condições materiais” (econômicas, principalmente) tenham sofrido alterações “revolucionárias” (HAESBAERT, 2006, p. 20).

O “paradigma dominante” também salienta as dualidades, deixando a análise fragmentada e contribuindo para a transformação dos conceitos em dogmas. Haesbaert (2006) afirma que esse é o problema da geografia e suas análises.

Houve uma tentativa de superação do “paradigma dominante” pelo “paradigma emergente”. Este tenta forjar as dicotomias, permitindo que o pesquisador também



seja sujeito da pesquisa – todo pesquisador tem um pouco do objeto dentro de si –, há uma tentativa de se compreender a totalidade considerando as singularidades do local.

## **Metodologia**

A metodologia dessa pesquisa tem acompanhado o estradar das atividades realizadas pelos projetos desenvolvidos pelo LABET – que fomentam a transição agroecológica no município de Três Lagoas e demais municípios componentes da região do Bolsão de Mato Grosso do Sul, por isso, ainda está em construção.

Diante do exposto, as entrevistas a seguir, aconteceram a partir do contato com os participantes do projeto NEA – Bolsão de forma não previamente planejada. As falas de Jatobá apontam para experiências de transição agroecológica ocorrida com êxito no Rio Grande do Norte, articuladas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), evidenciando assim, um futuro promissor e em marcha no PA 20 de março. A fala de Ipê indica a importância das ações do LABET no referido assentamento e transparece o sucesso da transição agroecológica iniciada em Três Lagoas – MS.

As leituras sobre a produção do conhecimento científico, os saberes dos povos do campo e a forja desses dentro da agroecologia, também se fizeram necessários para entendimento e melhor articulação da práxis e ciência.

## **Resultados e discussões**

Ao analisar a realidade na dialética, nem o idealismo anula o materialismo, nem o materialismo anula o idealismo. A realidade passa a ser entendida a partir da tese-antítese-síntese. Entende-se que o real é contraditório, fruto das relações sociais classistas, cujos donos dos meios de produção e das terras são classe hegemônica, mas não homogenia.

Como a realidade é produto das relações materiais entre homens e meio, o Estado que media as relações também é concebido por essas relações classistas: um Estado burguês.

É, por exemplo, pela prática burguesa do Estado que os capitalistas se apropriam de terras no Brasil (ALMEIDA, 2000). Em Mato Grosso do Sul, e particularmente em Três Lagoas, a realidade da concentração fundiária não se mostra diferente e ela vem de forma estrutural, propagada pelo discurso do progresso advindo do setor de celulose e papel.



Duas cidades destacaram-se nos últimos tempos em Mato Grosso do Sul pela complexidade de serviços oferecidos à atuação do capital no campo: Dourados e Três Lagoas. A primeira, denominada pela mídia e pelo poder público “Capital do Agronegócio” e a segunda de, “Capital Mundial da Celulose” [...] as articulações superestruturais são parte das disputas para o controle do território pelo capital, pois difundem um modo de pensar e agir no imaginário popular das benesses promovidas pelas “novas” configurações promovidas no processo de territorialização do capital e da monopolização do território (NARDOQUE, 2016, p. 264 e 265)

Nesse sentido, o fácil acesso do capital as políticas públicas – principalmente na aprovação de leis pela chamada bancada ruralista no congresso nacional –, busca tornar invisível os camponeses.

No que tange a produção familiar camponesa, Mercadante (2018) mostra que a bancada ruralista, amparada nos altos números de produção de matérias-primas para exportação, mascaram a realidade e baseiam-se em falsas afirmações, são essas: 1) o consumo de produtos orgânicos são caros; 2) a produção camponesa não seria suficiente para alimentar a todos; 3) as pessoas de classe menos abastadas não teriam condições de consumir produtos agroecológicos por conta de seu elevado preço. A realidade mostra-se diferente.

Segundo Mercadante (2018), o mundo sob a lógica capitalista de produção, após principalmente a segunda Guerra Mundial, passa a fabricar a sua própria natureza, obediente ao seu próprio tempo (“tempo é dinheiro”), isso afetou a forma como as pessoas se relacionam com o que comem. Os produtos alimentícios passaram a ser menos diversificados e passou-se a consumir maior quantidade de veneno, por conta da utilização desenfreada de pacotes químicos no que se planta.

Mercadante (2018) aponta o início dos estudos sobre agroecologia. O termo foi criado na década de 1920 e representa um modelo de ideal científico que difere daquela ciência a serviço do capital. Os estudos sobre a agroecologia são recentes e continuam em marcha, assim, possui além de um significado, um significado dinamizado e alimentado pelos saberes populares das famílias camponesas.

A produção familiar camponesa é embasada em princípios norteadores, um deles são que as questões inerentes ao comunitário se sobressai as questões particulares. Tem-se como exemplo as cooperativas e as economias solidárias, que tiveram início no Brasil a partir da década de 1980 com as crises das indústrias.

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar



a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2005, p. 86 e 87).

Dessa forma, os projetos com âmbito agroecológico, desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, coordenados pela Professora Doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, representam uma forma de auxílio nessa autogestão e autonomia dos camponeses. Sendo o mais recente deles: Implantação de núcleo de estudo em Agroecologia e produção orgânica: dinamização da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão – MS<sup>2</sup>. Projeto aprovado em 2017 para implantação em 2018 e objetiva:

Contribuir para transição agroecológica por meio da criação de Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Território Rural do Bolsão, Estado de Mato Grosso do Sul, e para articulação das políticas públicas integrantes da matriz da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Especial esforço para ações de ensino, extensão e pesquisa voltadas à transição agroecológica proporcionando superação das desigualdades de renda e gênero via articulação institucional e operacional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

Os projetos desenvolvidos pela UFMS/CPTL, através de entrevistas, conversas e eventos como o Encontro das Mulheres Camponesas do Bolsão, que em sua 6<sup>a</sup> edição, realizada no dia 20 de outubro de 2018, e com o tema central: “Mulheres no Campo e Agroecologia”, atingiu um público de aproximadamente 300 pessoas – encontros esses iniciados em 2016, após a criação do comitê de mulheres camponesas do Bolsão pelo Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET), extinto, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) – proporcionaram nesta edição, realizada pelo comitê de mulheres camponesas e com o apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia do Bolsão (NEA – Bolsão), trocas de experiências, fortalecimento da identidade camponesa e valorização do modo de vida camponês, trocas de sementes crioulas e doação de diversos tipos de mudas, além de formação e informação sobre assuntos diversos como: saúde do homem, saúde da mulher, mercado institucional (PNAE), Direitos da mulher, Previdência social (INSS), violência contra a mulher, dentre outros.

Sobre as ações de extensão de transição agroecológicas realizadas pela UFMS/CPTL no PA 20 de março, Ipê<sup>3</sup> esclarece:

Essa parte da organização, né? Do projeto de agroecologia, né? E o projeto de agroecologia tá dentro da faculdade e o LABET tá envolvido nisso, né? Nos auxilia na comercialização, né? Nos auxilia na nossa feira, entendeu? Do orçamento das feiras que a gente faz, 50% vem dessa feira aqui.

<sup>2</sup> Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – Casa Civil/CNPq N° 21/2016.

<sup>3</sup> O nome da pessoa entrevistada foi modificado para fins de preservação da identidade. Entrevistas concedidas nos dias 17 de março de 2018 e 06 de novembro de 2018.



Economicamente influencia muita coisa. No começo a gente pegava leite só na minha casa, hoje, são três famílias que se beneficia disso, entendeu? Então mudou muita coisa. A agroecologia, o sistema de transição agroecológica é muito bom... muito bom [...] imagina, você planta aqui e pega... você pode comer o produto ali mesmo, porque você sabe não tem veneno, não tem química, não tem nada. Essa é a importância da agroecologia (Entrevista realizada em 06, nov, 2018).

A fala de Jatobá evidencia experiências que deram certo no Nordeste, pela forja entre ciência e conhecimentos populares inerentes ao modo de vida camponês:

Então a gente, é... tem uma experiência lá com desenvolvimento de projeto de extensão, né? E... desde 2010, que a gente vem trabalhando lá e com alguns resultados interessantes, no sentido de... é... das comunidades começarem a ter autonomia de não necessitar mais da universidade pra aprovação de projetos. É... a gente tem uma comunidade em específico, né? [...] uma comunidade no município de Jandaíra, tem uma associação de jovens agroecologistas, que a gente começou a trabalhar com eles em 2010, com aprovação de um projeto, é... que o foco do projeto era: economia solidária e tecnologia social. E, é... nós começamos a trabalhar com eles e o foco principal desse projeto é a formação. A formação das pessoas que estavam nas associações, é... das comunidades, das 29 comunidades que a gente trabalhou no Estado, dentro desse projeto, e, é... esse processo de formação, não é formação é... dessa estrutura formal da universidade, mas é a gente, né? Começando a buscar estratégia a partir da característica de cada grupo e esse, pra ver as potencialidades em termos de lideranças, de pessoas que tem a contribuir pra se pensar a coletividade (Entrevista realizada em 17, mar, 2018).

Esses projetos relatam o sucesso da produção dos camponeses, dão visibilidade aos sujeitos de direitos do campo e proporcionam canais curtos de comercialização. A agroecologia nesse sentido apresenta-se como forma alternativa de produção e (re) produção familiar camponesa e é elo entre a ciência e a prática popular.

A articulação entre universidade e assentamento, proporciona projetos vindos dos próprios camponeses e autonomia na gestão do que precisam. Nesse sentido a fala de Jatobá evidencia o início da autogestão dos assentados no projeto aplicado em Rio Grande do Norte.

Então quer dizer, eles não dependem, né? De que tenha a assistência técnica externa presente o tempo todo. Eles precisam da assistência técnica? Eles precisam do acompanhamento da universidade? Sim. Só que eles solicitam quando eles estão com dificuldades. Então eu acho que, essa perspectiva ela é muito importante, porque ela é, o princípio disso é trabalhar com a autonomia, na geração de autonomia, ou seja, é o empoderamento mesmo, do sujeito coletivo, né? Dos sujeitos, da comunidade como um todo pra pensar só... não só nas questões produtivas, né? Mas pensar o bem-estar geral, pensar em como conseguir, né? Aquilo que é direito porque [...] não é pensar em revolucionar e fazer um... uma... sociedade a parte, não é isso, mas é buscar, né? Reivindicar aquilo que é



direito, direito constitucional. Então, muito interessante porque a partir de 2016 pra cá, nós estamos em 2018, eles conseguiram: internet na comunidade via rádio e ai tem o roteador na sede da associação, então todo mundo se reúne em volta da sede, né? Pra poder estar conectado ao mundo. Não tinha nem sinal de telefone, tá? Não tinha sinal de telefone! Eles conseguiram um posto de saúde, que tem médico duas vezes na semana. Eles conseguiram que a companhia telefônica instalasse um telefone porque é lei, né? Toda comunidade com mais 200 pessoas tem que ter telefone público [...]. Então quer dizer, eles conseguiram fazer com que a prefeitura consertasse estrada, né? De acesso à comunidade, porque é... lá mesmo não chovendo, né? Quando chove a estrada fica uma buraqueira só. Manutenção de estrada, posto, né? Além de se organizarem para aprovação de projetos com a infraestrutura produtiva dentro da comunidade, né? Mas foram eles que fizeram! Então essa perspectiva de trabalhar pra que cada um tenha, cada comunidade tenha autonomia, eles tem praticado lá [...]. Eu fui inserido no projeto, então a minha participação no projeto, é nessa perspectiva, né? E é... a gente tem uma metodologia pra isso, só que essa metodologia, não é uma camisa de força. Eu acho que tudo tem que ser pactuado, tudo tem que ser, né? De acordo, todos tem que tá de acordo para que as coisas funcionem (Entrevista realizada em 17, mar, 2018).

Ao compreender que Mato Grosso do Sul teve (e tem) sua história pautada na concentração fundiária, onde o projeto de desenvolvimento adotado tenta submergir qualquer forma de economia que não seja pautada na expansão da produção para acumulação de lucros, a agricultura agroecológica pode ser um caminho alternativo em Três Lagoas.

No município de Três Lagoas, predominam os monocultivos de eucalipto, entretanto há também forças contra-hegemônicas, cujas com auxílio do conhecimento científico produzido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL), proporcionam por meio da transição Agroecológica, o fortalecimento, reprodução e economia inerentes ao modo de vida camponês, evidenciando a importância da produção do conhecimento científico e a junção deste aos saberes populares, articulados pela agroecologia, pois auxilia o modo de vida e de produção familiar camponesa, proporciona a resistência do camponês, auxilia na autonomia e na soberania dos assentados e trabalha o fortalecimento da relação campo-cidade na perspectiva do desenvolvimento endógeno.

## Conclusões

A pesquisa, ainda em andamento, assim como a transição agroecológica no PA 20 de março, tem evidenciado que há uma produção do conhecimento científico voltada para o modo de vida e de produção não tipicamente capitalista embasados na Agroecologia. Assim, as ações de transição agroecológica efetivadas e planejadas pela UFMS/CPTL e parceiros do Núcleo de Agroecologia do Bolsão (NEA - Bolsão), buscam em projetos, como os realizados no Rio Grande do Norte, pela UFRN, os



caminhos a serem trilhados para que a autonomia e soberania camponesa sejam, de fato, uma construção feita no chão do assentamento PA 20 de março.

Há frações do território alternativas e de resistência à produção capitalista. Essas frações como o PA 20 de março, tem encontrado na transição agroecológica, a soberania alimentar e diversidade de produção. Logo, o conhecimento científico aliado aos saberes populares dos camponeses, tendo como âmago a Agroecologia, torna-se projeto de agricultura de presente e futuro - caminho de superação da crise agroambiental.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, R. A. de; PAULINO, E. T. **Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária**: breves considerações. Geografia, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Copacabana: Imago Editora LTDA, 1975.

MARX, K; ENGELS, F. I. Feuerbach: fragmento 2 (de junho a meados de julho de 1846). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 93 – 95.

MERCADANTE, P. T. M. **Soberania Alimentar e Transição Agroecológica no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 118 f. Dissertação (mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2018.